

Mala Direta  
Básica

911020870001-63 – SE/RS  
APTAFURG



# SINDICATO NALUTA

SETEMBRO DE 2022 - ANO XVIII

SETEMBRO AMARELO  
MÊS DA CONSCIENTIZAÇÃO E  
**PREVENÇÃO**  
**AO SUICÍDIO**



TODOS E TODAS  
**PELA VIDA**

**Claudia Prates\***  
**Denise Mantovani\***  
**Thayane do Nascimento\***  
 \*militantes feministas da  
 Marcha Mundial das  
 Mulheres



## COLUNA DE GÊNERO

# ABORTO LEGAL É UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

O aborto é sim uma questão de saúde pública e está previsto na legislação brasileira (Código Penal de 1940) estabelece que em apenas dois casos é permitido a interrupção da gestação – **risco de vida de mulher** e em caso de **estupro**. Somente em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou permitindo a interrupção da gestação de **fetos anencéfalos**. Nos serviços, o número maior de atendimentos é o decorrente de violência sexual/estupro.

É tema permanente dos movimentos feministas que lutam há anos pela legalização plena do aborto no Brasil, para que seja público, gratuito e ofertado como atendimento à saúde de todas as mulheres, pelo SUS. Mas infelizmente temos assistido, de um lado, a inúmeros casos de violência sexual contra mulheres, meninas e crianças – vítimas de uma gravidez de risco, e de outro as muitas ações do Governo Federal em tentar revitimizá-las de estupro, com portarias e outras medidas que tornam ainda mais difícil o seu acesso.

O debate sobre o aborto passa pela compreensão de que sociedade estamos falando – onde a organização da vida tem referências baseadas na vivência masculina. Mas esta sociedade esquece que a reprodução do bem viver depende do trabalho das mulheres, que garante a sustentabilidade da vida. Nas sociedades patriarcais, a maternidade é vista como destino, uma obrigação de todas as mulheres – as que negam este papel são julgadas, desvalorizadas e questionadas o tempo todo. É neste olhar de desigualdades que queremos trazer o debate do aborto legal no Brasil.

Uma mulher que sofre violência sexual tem o direito ao aborto legal, o que significa o pleno atendimento na rede de saúde pública a partir do momento que a vítima dá entrada no serviço de saúde. Não é necessária autorização jurídica nem policial, a palavra e a vontade da vítima são suficientes para que a lei seja cumprida.

**A garantia do direito ao aborto legal** deveria ser sempre **inquestionável** e ao mesmo tempo despida de falsa moral ou a hipocrisia de quem julga com valores e crenças que deveriam ser de âmbito pessoal e não querer impor a toda uma sociedade.

O estupro é a forma que o patriarcado articula o seu controle sobre os corpos e as vidas de meninas e mulheres expostas no atual sistema capitalista neoliberal, onde as vidas são tratadas como mercadorias. O **15º Anuário de Segurança Pública** (2021) aponta que em 2020, 60.460 casos de violência sexual foram registrados. Isso equivale a **165 estupros por dia, 1 estupro a cada 10 minutos**. Desse total, 73,7% foram casos de estupro de vulnerável, sendo que 60,6% das vítimas tinham **até 13 anos**. Além disso, 86,9% das vítimas eram do sexo feminino e em 85,2% dos casos o autor era conhecido.

Considerando o histórico de subnotificação dos casos de violência sexual/estupro no Brasil (apenas 7,5% das vítimas notificam a polícia), os números reais são ainda mais alarmantes – dados que não mostram a realidade de mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadoras, e demais povos tradicionais.

O **aborto legal** é um direito de todas as mulheres. Ninguém deve obrigar uma mulher e principalmente as meninas a viver uma maternidade e tão pouco, a gerar o fruto de um estupro. **Estuprador não é pai, é um criminoso**. A maternidade deve ser uma experiência desejada e planejada, sem romantismos.

**ABORTO  
LEGAL**

EDITORIAL

# ESPERANÇAR DEVE SER A CONSIGNA DA CLASSE TRABALHADORA EM DIAS DE FASCISMO

Neste breve editorial, queremos sinalizar à categoria técnica administrativa em educação, em particular, e do ponto de vista geral, à classe trabalhadora, algumas reflexões em relação às eleições gerais, que indicarão o novo ocupante da Presidência da República, bem como o(a)s novo(a)s Governadore(a)s, as novas composições dos Legislativos Estaduais e do Parlamento Nacional – Câmara e Senado Federais. Ou seja, eleições que podem mudar inteiramente o mapa institucional do poder político no Brasil, ou não.

Esta disputa se dá no marco de uma intensa luta entre as classes sociais. Luta que expressa o confronto entre programas políticos/econômicos/sociais que se antagonizam até a medula óssea. Expressando a luta entre, por um lado, a manutenção do Estado Democrático de Direito (ainda que limitado e desfigurado), expresso na atual Constituição Federal, e, por outro lado, um programa neofascista que aponta para o horizonte de ruptura institucional.

O poder político em disputa no atual pleito – sendo expressão de um determinado momento da luta entre as classes sociais no Brasil de hoje —, expressa a brutal ofensiva da burguesia (aqui incluem-se todas as suas frações, não obstante as suas desigualdades no comando da dominação de classe) contra todos os direitos da classe trabalhadora. Aí está a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a instituição do “teto de gastos”, a reforma na lei das terceirizações, etc., que não nos deixam mentir nesta pequena intervenção editorial.

Após o Golpe de Estado sobre a Presidenta Dilma, abriu-se um período reacionário que se expressou na retirada de direitos do trabalho como coluna vertebral de mudanças estruturais. Uma espécie de nivelamento da precarização no mercado de trabalho brasileiro em relação ao que já se apresentava, de forma avassaladora, em outros mercados como é o caso da Índia. Um mercado praticamente desregulamentado.

Para sermos mais claros: um Golpe de Estado que veio para produzir a precarização do trabalho, público e privado, de forma generalizada e estrutural, da qual a forma “trabalho intermitente”, bem como o trabalho digital, são suas expressões mais lapidares.

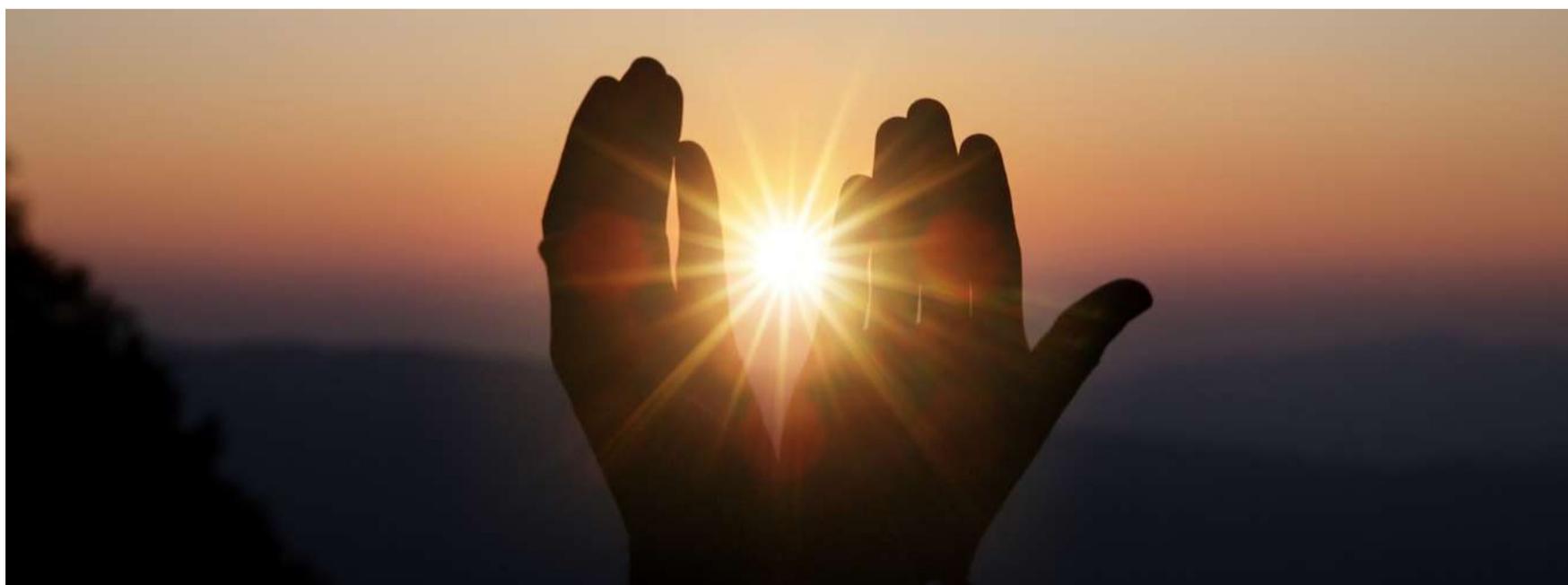
A classe trabalhadora hoje tem uma tarefa importantíssima (e lembremos, para o/as esquecidos/as, que fazemos parte desta classe trabalhadora): participar da luta contra o neofascismo, na luta para esperar o povo brasileiro. Sabemos que muitos e muitas técnicas administrativas em educação, há quatro anos atrás, votaram no atual presidente. Mas agora todos e todas nós nos encontramos frente à possibilidade de redenção. O voto deve ser em LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.

Queremos fechar o presente editorial chamando a atenção de uma das consequências do voto para a continuidade do atual governo: na Constituição Federal, através da emenda constitucional de no. 19, de 1998, foi introduzido o conceito de EFICIÊNCIA no artigo 37 (que lá não estava). No artigo 41, inciso III, foi introduzida a perda do cargo através da INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO. Hoje, no momento em que estamos escrevendo o presente editorial, o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA – aprovou o denominado (erroneamente) TELE TRABALHO que se estrutura a partir de indicadores de produtividade e metas (ou seja: desempenho).

Alguns trabalhadores e trabalhadoras já estão na “nova” modalidade de ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO. Soma-se a isto tudo, o projeto de lei complementar, no Senado Federal, de número 116/2017, prevendo justamente como se articula a questão da “insuficiência de desempenho” com a perda do cargo (demissão).

O teletrabalho é a granada que Paulo Guedes disse que colocaria no bolso das servidoras e servidores. O projeto de lei complementar é o pino a ser retirado para permitir a explosão da demissão no espaço público e, de lambuja, a introdução das regras do mercado (metas, desempenho e produtividade) no espaço público.

Com a palavra a categoria técnica administrativa em educação...





# O SÉCULO XXI: REFLEXÕES PARA MINHA BISAVÓ PARTIR DE UM OLHAR FEMINISTA E NEGRO

Querida Tia Ilisa

Escrevo essa carta no mês de julho do ano de 2022, iniciando-se o oitavo semestre de um dos momentos mais trágicos vivido pelo mundo o da Pandemia de COVID 19. Uma doença que colocou o mundo inteiro em alerta e matou milhares de pessoas.

Primeiramente gostaria de apresentar-me: sou Dianelisa, uma união do seu nome com o nome da sua filha sua bisneta a terceira neta da sua filha mais nova Weridiana e primeira filha de sua neta, Graça, uma mulher de luta, que foi responsável por manter viva a nossa ancestralidade pautada na figura feminina e no folclore em volta das nossas origens as “Negas Mina”. Já estamos distante do Povo Novo, mas a tradição e a história da família da Tia Ilisa uma mulher nascida na Lei do Ventre Livre, mas ainda sobre a tutela dos senhores criada como escrava doméstica, que rompeu com a lógica do machismo e do racismo é contada pela sua neta e hoje também por nós suas bisnetas.

Eu, minha querida Bisavó, sou militante de movimentos sociais, Educadora Social, Licenciada em Letras e aluna do Mestrado de Educação Ambiental. Minha trajetória de lutas em busca de um mundo melhor inicia-se muito cedo.

Desde a educação básica saliento que grande parte em uma escola católica, religião que segundo sua neta era a sua, a luta para existir começa em minha vida. Ser negra ainda no Brasil não foi requisito aceito para que os preceitos católicos de irmandade fossem aplicados a mim. Poderia na época não entender o que vivenciava, mas já sentia o peso do racismo que foi estruturado na sociedade e que para as mulheres tem um peso dobrado. O sistema que vivemos não tem respeito, nem um olhar solidário com os que não estão no padrão eurocêntrico e isso não foi diferente comigo, mas esse duelo travado por mim contra a normas me oportunizou ser uma mulher que acredita no potencial da coletividade, com muita fé e respeito na ancestralidade dos meus antepassados principalmente a senhora Tia Ilisa que no início do século XX, já procurava a união dos negros da região Povo Novo e Quinta através de atividades culturais como forma de resistência e preservação da cultura.

Esse descontentamento típico de nossa família e essa busca por um mundo melhor se junta à minha atuação profissional no ano de 1998 onde começo a trabalhar em um Centro de Filantropia que logo mostrou que não tinha princípios solidários. O que se via era uma caridade reducionista e individualista que não buscava a emancipação, mas sim a manutenção dos privilégios de quem executava a obra de caridade.

Já nesse local percebo quem era o público que frequentava esse Centro. Na grande maioria filhas e filhos de mulheres negras que eram mantenedoras do lar com uma escolaridade muito baixa que exerciam trabalhos domésticos ou nas indústrias de pescado nada muito diferente da sua história que fica viúva em 1926 e tem que criar suas três filhas mantendo-se das mesmas atividades que essas mulheres.

É Bisa, foram oito anos de aprendizagem as

crianças que trabalhei me contavam fatos e posicionamentos que trago comigo até hoje. Convivi com muitos; Luiz, João, Ketlen, Winderson, Yuri, tantos cada um único e com um potencial gigantesco, mas que o sistema tratou de padronizar e fazer a seleção preconceituosa a qual já estamos habituadas. O centro de Filantropia localizava-se no bairro Getulio Vargas, o antigo “Cedro” bairro que minha avó, Weridiana em 1948 morou quando casou e que a senhora conheceu. Hoje é um bairro tradicional da Cidade do Rio Grande-RS que originou-se daquela ocupação de trabalhadores portuários, com forte presença de pessoas negras e de grande importância Cultural na cidade. A música, as escolas de sambas, os templos religiosos são elementos comuns nesse bairro e o tempo em que lá estive testemunhei o quanto às questões culturais podem fomentar a coletividade na garantia de um bem comum o que também era realizado pela senhora no Povo Novo nos anos trinta do século XX. E isso sempre foi trazido nos relatos das crianças atendidas no Centro quando falavam das organizações culturais atuantes naquela localidade que não era trazido para dentro da instituição que mantinha distância do território não criando vínculo com a comunidade.

Em 2007, Bisa, meu local de trabalho passa a ser a zona oeste riograndina começo a trabalhar como Educadora Social uma experiência completamente diferente da que tive no BGV. Nosso papel era o de promover e garantir direitos dos moradores a partir da coletividade e respeito a historicidade.

Mais uma vez me encontrei com as minhas pares, mulheres negras que carregavam a responsabilidade dos seus lares e lutavam diariamente pelo direito de existir.

Cada conversa que tinha com as mulheres negras que atendíamos mais certeza eu tinha que o sistema nos rotulava e nos condenava a ficar na mesma condição vivenciada pela senhora Tia Ilisa, mão de obra barata e facilmente descartada. As ações de mediações que fazia me davam muito prazer e até alguns bons resultados, mas o trabalhar na promoção da cidadania dentro do sistema que é o opressor dessas pessoas além de contraditório sempre foi questionado nos grupos. E o tempo foi passando o país começa a viver uma grande crise. Em 2016 mais um ciclo econômico chega ao fim em Rio Grande, o do Polo Naval. O nosso trabalho ganha um novo sentido, o de fazer com que aquelas famílias que acompanhávamos conseguisse encontrar um novo meio de sobreviver e mais uma vez me identifico com a grande maioria que foi atingida com os impactos da decadência do setor naval na cidade. O trabalho informal o mesmo que a senhora e suas filhas realizavam no Povo Novo (costura, quitutes) foi o meio da subsistência de muitos só que na atualidade o crime organizado criou um novo cenário diferente do seu hoje o do medo e o da violência que levaram a óbitos jovens que participavam dos grupos mediados por mim. Um genocídio com etnia e classe econômica declarada preta e pobre. Essas vidas perdidas Bisa, não tinham vivido duas décadas e já tinham o rótulo dos seus destinos desde a infância: a cadeia ou o cemitério.

Com tudo isso minha vontade e envolvimento com aquela comunidade levaram-me a coordenação daquele dispositivo, mas me tirou de muito dos grupos em que fazia mediação. Essa nova função me fez ter um olhar menos romantizado do trabalho, passei a enxergar um todo do serviço e constatei, que por mais que expandisse nossas atuações não chegávamos à totalidade do nosso público alvo.

O anos de Pandemia do COVID 19, só aumentaram essas desigualdades já vividas, só que os serviços de Assistência Social, especificamente os do CRAS, passaram a ser essenciais trabalhamos todo o período crítico da pandemia (o ano de 2020) de maneira presencial. Assim como os profissionais de saúde, salvamos vidas, não do vírus, mas da fome.

Muito foi profetizado no início da Pandemia as ideias de fraternidade, solidariedade, amor uma nova chance de se reconectar com a mãe terra tudo isso foi falado e prometido pelos que habitam a terra Bisa, mas ao mesmo tempo testemunhávamos atrocidades como a do menino Miguel que morreu por negligência da patroa da sua mãe, o aumento dos números de feminicídios, abuso sexual entre outras tantas, que não parecíamos estar vivendo com tanta dor e sofrimento devido às perdas e com tanto ódio junto. O medo e a naturalização da morte aos poucos foram nos levando ao novo normal e mais uma vez esse novo modo de vida já tinha na sua lista os que estariam como as últimas convidadas mulheres negras e pardas.

Hoje, julho de 2022, as ideias de um mundo melhor após a vacina já caiu na utopia. Continuamos num mundo egoísta que usa as pessoas e a natureza como forma de exploração. A nossa forma de habitar a terra não mudou a nossa negação sobre o racismo também não sofreu alteração. Tenho medo do contra ataque da terra mãe com algo mais letal e violento do que o COVID19 Bisa.

Querida Tia Ilisa, tudo isso me faz questionar se realmente estamos olhando o problema de maneira correta, há mais de um século continuamos falando de desigualdade social, mas será que nossa sociedade é desigual socialmente ou nosso problema é racial?

Acredito que precisamos falar claramente que somos uma sociedade que não foi pensada para pessoas negras, que os mesmos problemas enfrentados pela senhora continuam em nossas vidas. Que todas as políticas públicas que trabalham com o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social ainda são pensadas pelo viés eurocêntrico que exclui as pessoas negras. Continuo acreditando assim como a senhora e suas descendentes num mundo melhor com Justiça Ambiental e que use a educação antirracista como ferramenta para essa construção e que inclua a branquitude através do diálogo, para que realmente consigamos habitar em um planeta de maneira fraternal e amistosa valorizando o ser e não o ter.

Vou me despedindo pedindo a benção e a sua proteção e principalmente agradecendo a sua coragem de ousar existir e resistir, para que hoje eu possa também resistir e lutar pelos meus ideais de um mundo melhor.



por **Elisa Hartwig** e **Bianca Roso**  
em Zine Marítimas @zine.maritimas vol.06:  
Mulheres e sociedade #forabolsonaro



## “BENDITO SEJA O FRUTO, QUE O SENHOR POSSA ABRIR”

*Estranho lembrar como costumávamos pensar, como se tudo estivesse disponível para nós, como se não houvesse quaisquer contingências, quaisquer limites; como se fôssemos livres para moldar e remoldar para sempre os perímetros sempre em expansão de nossas vidas.*  
Margaret Atwood, 1985.

Não é um bom momento para ser mulher no Brasil. Talvez nunca tenha sido. Mas é seguro dizer que o sentimento de todas as mulheres brasileiras é que a situação parece cada vez pior. Só nos últimos meses, tivemos diversos casos que chocaram a Nação. Uma menina de 10 anos, violentada em sua própria casa e coagida por autoridades estatais a manter um feto contra a sua vontade; uma jovem atriz da principal emissora de televisão brasileira exposta e julgada pela mídia após decidir entregar o recém-nascido fruto de uma violência sexual para a adoção; uma mulher estuprada por um médico anestesista durante sua própria cesárea. Nos Estados Unidos, país que sempre parece ser imitado pelo Brasil, a Suprema Corte decidiu reverter sua decisão que garantia a interrupção voluntária da gestação como um direito constitucional de todas as mulheres norte-americanas. Agora,

cabe a cada Estado federado optar pela legalização ou não do aborto, em um retrocesso sem precedentes que, na prática, fará com que milhares de mulheres se submetam a abortos clandestinos, gerando diversos riscos a sua saúde e vida. Tal decisão é fruto da onda conservadora que ainda atinge o país após o governo de Donald Trump, apontado como um representante da extrema-direita, assim como Jair Bolsonaro.

Muitas pessoas consideram um exagero a aproximação entre a literatura e a “vida real”. De outro modo, existe um campo de aproximação entre o Direito e a Literatura, visto que diversas são as suas contribuições, a partir da tricotomia Direito na Literatura, Direito como Literatura e Direito da Literatura. Esse texto se encaixa no último segmento, contribuindo diretamente à elucidação das principais questões relativas à justiça, à lei e ao poder.

A obra “O conto da Aia” escrita por Margaret Atwood em 1985 encontra cada dia mais ressonância com as decisões e manifestações políticas no Brasil em 2022. Isso porque, esses discursos não permitem a paridade de participação e reconhecimento, revelando também um atentado direto à institucionalização do Estado democrático de Direito sobre conquistas sociais incorporadas tardiamente. Em certo momento, a protagonista recorda como a “República de Gilead” conquistou o

poder, chegando a sua ascensão. Foi a partir de discursos extremos, direitos sendo retirados aos poucos e, também, pela percepção da população de que os militantes pró-Gilead seriam apenas “excêntricos e toscos”, até que um dia eles explodiram o Congresso e tomaram o poder. Ao acompanharmos a história da personagem principal verificamos múltiplas opressões e violências sofridas por ela e que, infelizmente, não se apresentam como um horizonte sombrio e ameaçador distante da nossa realidade.

Diante de todas estas tristes e desumanas notícias, percebemos que ser mulher é estar vulnerável a uma série de violências e, principalmente, em um lugar social de não humanidade. As opressões estruturam a nossa sociedade, pois elas aparecem em todas as formas e lugares, desrespeitando as subjetividades, como bem afirma Audre Lorde. A partir desse lugar angustiante em que nos encontramos, é importante reconhecermos a nossa força para enfrentarmos as mãos que nos desumanizam, as mãos do patriarcado. A literatura nos mostra como os direitos das mulheres são frágeis diante de crises políticas e como devemos e precisamos estar vigilantes durante toda a nossa vida, assim como já advertia Simone de Beauvoir.

*Nolite te bastardes carborundorum*

Margaret Atwood, *The Handmaid's Tale*

### Sobre as autoras:

**Elisa Maffassiolli Hartwig** é Mestranda em Direito Público pela Unisinos, bolsista CAPES pelo Programa de Excelência Acadêmica e pesquisadora. Autora do Livro *Direito à Memória e à Verdade: dos Casos Vladimir Herzog e Guerrilha do Araguaia ao Revisionismo Histórico*. Reside em Porto Alegre/RS. IG @e\_hartwig

**Bianca Roso** é Doutoranda em Direito Público pela Unisinos, bolsista CAPES pelo Programa de Excelência Acadêmica e pesquisadora. Atualmente mora em Porto Alegre/RS e pesquisa sobre gênero, direito ambiental e dos desastres. IG @biancaroso

## JURÍDICO

### ATIVIDADE ESPECIAL - CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DA UNIVERSIDADE

A Universidade passou a reconhecer administrativamente a conversão de tempo de serviço após a decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de Repercussão Geral (vinculando todos os órgãos do Poder Judiciário e da Administração) que reafirmou esse direito do(a) servidor(a) público(a).

**Entretanto, é preciso muita atenção.** A conversão de tempo de serviço só é concedida mediante prévia declaração de atividade especial, ou seja: após o(a) servidor(a) comprovar efetiva exposição aos agentes nocivos à saúde previstos em lei.

Portanto, a assessoria jurídica do Sindicato segue realizando os

pedidos administrativos de declaração de atividade especial e, por consequência, os de conversão de tempo, sempre no intuito de evitar controvérsias e efetivar o direito do(a) servidor(a) sem a necessidade de ingresso de ação judicial.

Nos casos em que a Universidade não venha a reconhecer a atividade do servidor como especial, a intervenção do Poder Judiciário continuará sendo necessária, visto que não há como converter tempo sem o prévio reconhecimento da especialidade da função.

Para maiores informações entrar em contato com os telefones do Sindicato.



**Marcelo Studinski** é filho de Xangô. Doutorando em história pelo PPGH/UFPEL. Bolsista CAPES. Mestre e bacharel em história pela FURG. Especialista em história e cultura afro-brasileira pela FAMART

## DA “QUEBRA DO XANGÔ” AOS TRAFICANTES DE JESUS: UM SÉCULO MARCADO PELO RACISMO RELIGIOSO

Xangô, além de ser o nome da divindade iorubá que representa a energia do fogo ancestral e da justiça, é também o nome dos cultos afro-brasileiros realizados nos estados de Pernambuco e Alagoas. A “Quebra do Xangô” é, sem dúvidas, o maior episódio de violência contra as religiões de matriz africanas praticados pelo Estado brasileiro, que ocorreu nos primórdios da República, em 1912, em Maceió/AL. Naquela ocasião, inúmeros incêndios criminosos e invasões destruíram dezenas de terreiros, por motivações políticas, que silenciaram e modificaram para sempre os cultos afro-religiosos alagoanos, conforme pesquisa do sociólogo Ulisses Neves Rafael (2013).

Mais de um século após a “Quebra do Xangô”, embora a Constituição Federal de 1988 garanta a liberdade de crença e práticas de cultos, individuais e coletivos, terreiros de umbanda, batuque e candomblé, e suas lideranças e adeptos, continuam sendo perseguidos por professarem estas religiões. Em 2015, um menino foi proibido de frequentar uma escola municipal no Rio de Janeiro utilizando trajes brancos e colares de candomblé. No mesmo ano, a menina Kaylane, de 11 anos na época, foi apedrejada quando se deslocava, trajando roupas rituais, do terreiro para casa, também na capital fluminense. Em Curitiba/PR, uma adolescente de 14 anos foi espancada por uma colega em sala de aula, porque postou uma fotografia sua trajada de orixá em suas redes sociais na internet, também em 2015.

Uma onda de incêndios e invasões aos terreiros marcaram os anos seguintes, em todo o Brasil e, em 2019, o MPF/RJ e a

Polícia Civil deflagram uma operação na Baixada Fluminense e em São Gonçalo/RJ, para coibir a ação dos autodenominados “Traficantes de Jesus”, quadrilhas que expulsaram Babalorixás e Iyalorixás de seus terreiros, que eram invadidos e destruídos. Já, em 2021, uma ação do Conselho Tutelar de Araçatuba/SP, fez com que uma mãe perdesse a guarda da filha, de 12 anos, porque a jovem foi iniciada no candomblé, religião da família materna. Caso semelhante aconteceu em Ribeirão das Neves/MG, em junho de 2022, onde uma adolescente, de 14 anos, por ter sido iniciada no candomblé, foi levada para um abrigo de menores, por ação do Conselho Tutelar movida pela escola.

Todos os crimes, aqui descritos, são de conhecimento público e de fácil acesso na internet. Em todos os casos, foram registrados boletins de ocorrência e denunciados como crimes de “intolerância religiosa”. Somente ano de 2021, segundo dados do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, foram registradas 586 denúncias de “intolerância religiosa” em todo Brasil, 141% a mais do que os registros de 2020. Os estados com maior número de denúncias são o Rio de Janeiro (138 casos) e São Paulo (110). Apenas

no estado fluminense, cerca de 80% dos casos de intolerância religiosa registrados em 2021, foram praticados contra adeptos das religiões de matriz africanas, segundo o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), onde 56% dos agressores foram identificados como “evangélicos”.

Por fim, “Intolerância Religiosa” é uma ação de intransigência em relação às outras religiões e, em relação às religiões de matriz africana, inscreve-se na dimensão do racismo que marca a história de pessoas negras, de sua descendência africana e de sua cultura no Brasil. (CARREIRA, 2010. p.3). Neste sentido, este breve texto tem por objetivo chamar a atenção da sociedade civil para a gravidade dos crimes relatados e, principalmente, para a importância da defesa do Estado laico, que prevê a autonomia das instituições públicas de toda e qualquer diretriz emanada dos poderes eclesiais e organizações confessionais. Estado laico, portanto, é um dos pilares essenciais da democracia, tão ameaçada pela onda fascista que assola nosso país, nos últimos anos. Por essa razão, compreender que as violências sofridas pelo “Povo de Axé” são, também, uma dimensão do racismo estrutural, é uma forma de garantir aos afro-religiosos a possibilidade de existência, livre e igual, no conjunto de uma sociedade plural, como a brasileira.



**Joanalira Corpes Magalhães**  
**Paula Regina Costa Ribeiro**

## EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA ESCOLA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Discussões que envolvem as questões relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade, ao longo dos tempos, vêm sendo realizadas por diferentes sujeitos e por distintas instâncias sociais – família, escola, instituição religiosa, mídias, entre outras. Sendo assim, diferentemente do que muitos/as pensam, o gênero e a sexualidade não se constituem como um assunto que deveria ser silenciado, encerrado no âmbito da família, tendo o casal como a representação legítima e reguladora da sexualidade humana. Mas, sim, perpassa diferentes espaços educativos.

Dentre as instâncias sociais que passaram a problematizar a sexualidade e o gênero, a escola apresenta-se com um espaço potente para promover essas discussões. Para tanto, primeiramente, é preciso entender que somos produzidos, enquanto sujeitos, através das relações entre os aspectos biológicos e sociais, ou seja, não é possível negar a materialidade biológica que nos constitui, mas as questões sociais, culturais e históricas também nos interpelam e produzem marcas nos nossos corpos. E assim é que vamos produzindo as nossas expressões de gênero e também as nossas formas de viver os nossos prazeres e desejos sexuais.

Neste sentido, é importante que a sexualidade e o gênero sejam considerados como um componente curricular pelas escolas.

Afinal, a forma como essa instância está organizada – separação em filas, brincadeiras, banheiros de meninos e meninas – já retrata a presença dessas questões. Mais do que presente nas instituições escolares, é relevante que a educação para a sexualidade possa ser pensada e problematizada como parte desse currículo que constrói os sujeitos, seus corpos, suas identidades, enfim, que ensina modos de ser e estar na sociedade.

Diferentes são os termos empregados para se denominar a discussão da sexualidade, tais como: orientação sexual, educação sexual, educação sexualizada, dentre outros. Em suas ações e pesquisas, o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) tem se utilizado do termo, educação para a sexualidade, por entender que ele possibilita um olhar mais amplo para as temáticas que envolvem a sexualidade. Assim, passamos a entender e operar com esse termo, a partir dos campos dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, pós-estruturalistas.

Esse termo questiona e duvida das certezas, dos discursos considerados “verdadeiros”, únicos e legítimos, entendendo que há uma multiplicidade de formas de se trabalhar com a sexualidade e o gênero na escola. Nesse sentido, a educação para a sexualidade visa problematizar e desconstruir os modelos hegemônicos e naturalizados de se compreender e viver as sexualidades e os gêneros, entendendo que são construções sociais, históricas e culturais e que essa teia discursiva produz os sujeitos.

A educação para a sexualidade visa discutir os discursos naturalizados no âmbito da cultura, questionando as certezas, permitindo, assim, outras possibilidades de pensar as sexualidades e os gêneros e de compreender como nos constituímos através de relações de saber e poder. Articula questões que envolvem a materialidade biológica dos sujeitos a aspectos sociais, históricos e culturais como, por exemplo, desejo, prazer, curiosidade, respeito, conhecimento de si e do outro, relações de gênero, entre outros.

Sendo a escola uma instituição que tem papel de destaque na produção de representações sobre as questões de gênero e sexualidade, ou seja, que ensina modos de ser e estar na sociedade, produzindo assim os sujeitos, torna-se importante agregar em suas práticas pedagógicas a educação para a sexualidade, enquanto um componente curricular. E, a partir desse projeto é possível perceber algumas mudanças, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária que combata o sexismo, o racismo, a misoginia, LGBTIfobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação.

**Paula Regina Costa Ribeiro** - Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2002). Pós-doutora na Escola Superior de Educação de Coimbra/Instituto Politécnico de Coimbra. Professora Titular do Instituto de Educação e professora do Programa de Pós-Graduação: Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. É líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE.

**Joanalira Corpes Magalhães** - Professora Associada do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências da Furg. Tem Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutorado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese).

Lara Nasi

Jornalista na Secretaria de Comunicação - SECOM da FURG, coordenadora de divulgação e imprensa da APTAFURG



SETEMBRO AMARELO

# PROMOVER A SAÚDE MENTAL É PROMOVER CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO E RENDA A TRABALHADORAS E TRABALHADORES

No mês em que as conversas sobre saúde mental e prevenção ao suicídio são intensificadas, com a campanha do Setembro Amarelo, é preciso falar também sobre a saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores nos ambientes de trabalho.

A precarização cada vez maior das condições laborais, sem direitos trabalhistas e com as novas lógicas do trabalho de plataforma (Uber, iFood etc) deixa as trabalhadoras e trabalhadores cada vez mais vulneráveis. Os rendimentos são baixos e as metas e cobranças cada vez maiores, o que afeta a saúde física e mental.

No serviço público, lugar que se entendia como de estabilidade, trabalhadoras e trabalhadores terceirizados têm seus postos ameaçados. Tivemos uma grande perda de colegas nos últimos anos, demitidos devido aos cortes e bloqueios orçamentários feitos pelo governo de Jair Bolsonaro e também como resultado da PEC do Teto dos Gastos (A PEC da Maldade, do governo Temer).

Vagas de estágio também foram sendo reduzidas e hoje até mesmo esses vínculos que já são mais frágeis, como bolsas e estágios, por não serem de trabalho – mas que são fundamentais para a formação, seja na pesquisa ou no mundo do trabalho – estão a risco, com a universidade chegando a seu limite orçamentário.

## Desmoralização dos servidores e servidoras

Ter estabilidade como servidoras ou servidores públicos poderia ser um lugar de alívio. E é, num cenário em que direitos trabalhistas, ao invés de a regra vão se tornando a exceção. Mas, infelizmente, não dão garantias de condições dignas de trabalho. Por um lado, há um discurso dos que defendem o desmonte do Estado e dos serviços públicos

de desmoralização dos servidores e servidoras. Por outro, há ações políticas concretas que vão dificultando a vida.

O congelamento de salário mais há quatro anos é uma delas, que leva a uma defasagem de mais de 30% nos salários. A CUT calcula que enquanto na iniciativa privada as perdas salariais foram de 2,9% de 2019 para cá, no serviço público foram de 8,5%. É uma perda que servidores e servidoras sentem no bolso, na hora de pagar as contas. E é bom lembrar que a média salarial no serviço público é de R\$ 2.727, em cálculo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O discurso de que servidores ganham muito é por conta dos servidores e servidoras que ganham acima de R\$ 30 mil, como juízes e promotores, por exemplo.

Ter salários cada vez menores já é um elemento que causa angústia. Não ter como pagar as contas tira o sono. E afeta a saúde. As contas vão sendo redimensionadas para o que é essencial, como alimentação e moradia. O investimento em saúde mental, ou em lazer, cultura, esportes, que promovem nossa saúde física e mental, ficam para trás.

## Assédio é ameaça à saúde mental

A outra faceta da desmoralização do serviço público são as agressões que se vive nos espaços de trabalho. Os dados do Painel Resolveu? ([painéis.cgu.gov.br](http://painéis.cgu.gov.br)) mostram aumento de 380% nas denúncias de assédio durante o governo de Jair Bolsonaro.

Há casos que se tornaram públicos, como o do assédio sexual cometido pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. Mas os números apontam que há muitos outros que, distantes de vir a público, transformam a vida daqueles e daquelas que sofrem o assédio numa cruzada por resistir, que passa por adoecimento físico e mental.

O assédio moral, de acordo com a própria Controladoria Geral da União (CGU), é uma conduta abusiva reiterada e prolongada, que desestabiliza emocionalmente a pessoa, colocando o emprego em risco, degradando o ambiente de trabalho. Já o assédio sexual, também de acordo com a CGU, se manifesta com palavras e gestos impostos contra a vontade da pessoa assediada. O assédio sexual causa constrangimento e viola a liberdade sexual, a dignidade e os direitos fundamentais de que é assediada ou assediado.

Numa cultura marcada por valores individuais, em que o sucesso pessoal é a métrica, ser assediada ou assediado pode destruir a saúde e também a vida. Há casos emblemáticos mundo afora, como o da France Telecom, empresa francesa que após a privatização, por não poder demitir quem era servidor público, promoveu assédio moral generalizado, buscando fazer com que as pessoas se demitissem. O resultado foi o suicídio de 35 pessoas.

Muitos estudos têm associado o assédio moral ao suicídio. Mas enquanto os países ricos têm visto os números de suicídio reduzirem, aqui e nos outros países das Américas o aumento na taxa de suicídios foi de 17% entre 2000 e 2019, de acordo com dados da Associação Brasileira de Psiquiatria.

A campanha do Setembro Amarelo deste ano tem como mote “A vida é a melhor escolha”. E é preciso que o trabalho nos deixe fazer esta escolha, nos permita viver com dignidade, com reconhecimento, com salário justo e digno e com respeito, num ambiente saudável e acolhedor. A Aptafurg tem uma campanha permanente de combate ao assédio e o fim deste texto é um lembrete: se você enfrenta assédio no seu local de trabalho, **você não está só. Procure o sindicato.**



**SINDICATO  
NALUTA**

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.

## EXPEDIENTE

### ENDEREÇO

Rua Padre Nilo Gollo, 76,  
São Jorge, Rio Grande RS.  
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417  
Whatsapp: (53)98428-5716  
(53)98428-5688  
Email: [aptafurg@aptafurg.org.br](mailto:aptafurg@aptafurg.org.br)

### COORDENAÇÃO GERAL

Celso Luis Sá Carvalho  
Maria de Lourdes Fonseca Lose  
Rafael Missiunas

### COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Lara Nasi  
Maria de Lourdes Fonseca Lose  
Carlos Eduardo Pereira de Quadros

### JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258  
Tel.: (53) 9945-8125  
[marcioliveira2000@yahoo.com.br](mailto:marcioliveira2000@yahoo.com.br)

### DIAGRAMAÇÃO:

Editora Casaletras - [contato@casaletras.com](mailto:contato@casaletras.com)

IMPRESSÃO: Gráfica Uma

TIRAGEM: 1.000 exemplares